

Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2012

Individuais e Consolidadas

I. - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Actividade desenvolvida pela Sociedade
Resultados Apurados e sua Aplicação
Agradecimentos Devidos

II. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstrações Financeiras
Anexos às Demonstrações Financeiras
Certificação Legal das Contas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

III. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras
Anexos às Demonstrações Financeiras
Certificação Legal das Contas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials]

I. - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Actividade desenvolvida pela Sociedade

Resultados Apurados e sua Aplicação

Agradecimentos Devidos

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large stylized signature and several smaller initials.

I. - Relatório do Conselho de Administração

1. - Actividade desenvolvida pela Sociedade

Ao longo do exercício de 2012, a sociedade acompanhou o desenvolvimento da actividade das suas participadas Banco Invest, SA, Motor Park – Comércio de Veículos Automóveis, SA, e USGestar – Gestão de Imóveis, SA.

Em Novembro, a Sociedade realizou um aumento de capital de 30.000.000 euros para 36.000.000 euros, por entradas em dinheiro, integralmente subscrito pelos accionistas.

No exercício de 2012, a Sociedade não realizou qualquer investimento.

2. - Resultados Apurados e sua Aplicação

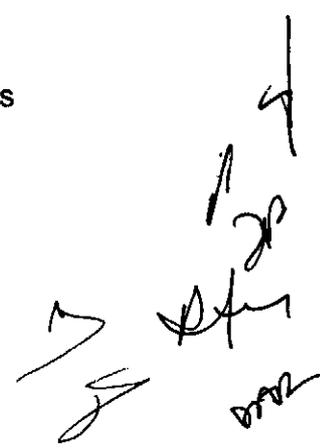
As contas do exercício a seguir apresentadas, individuais e consolidadas, traduzem a actividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As demonstrações financeiras foram objecto de uma auditoria externa levada a cabo por uma conceituada empresa de auditoria, que sobre elas emitiu o parecer à frente apresentado, conjuntamente com as Notas às contas do exercício.

Os resultados líquidos apurados cifram-se em – 247.365,08 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados..... – 247.365,08 Euros

Os resultados líquidos consolidados cifram-se em 2.874.948 Euros.



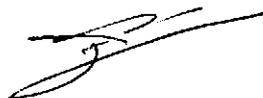
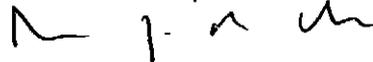
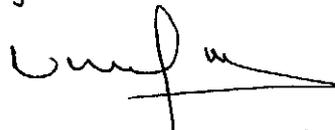
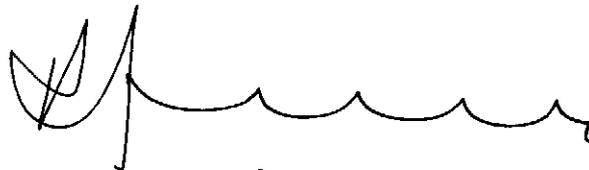
3. - Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração faz questão de deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Conselho Fiscal, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

Lisboa, 19 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Diana Alves Ribeiro

Diana Alves Ribeiro

**ALVES RIBEIRO –
INVESTIMENTOS FINANCEIROS,
SGPS, S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2012
acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	29	23.012.471	25.502.676
Juros e encargos similares	30	(9.865.168)	(12.431.606)
MARGEM FINANCEIRA		13.147.303	13.071.070
Rendimentos de instrumentos de capital	31	15.702	33.386
Rendimentos de serviços e comissões	32	1.800.466	2.213.161
Encargos com serviços e comissões	33	(496.901)	(538.742)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	6.941.451	(2.628.937)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	(927.618)	(1.120.138)
Resultados de reavaliação cambial	36	126.279	(58.573)
Resultados de alienação de outros activos	37	(37.643)	75.703
Outros resultados de exploração	38	323.049	572.744
PRODUTO BANCÁRIO		20.892.088	11.619.674
Custos com pessoal	39	(4.896.550)	(5.258.272)
Gastos gerais administrativos	40	(3.829.529)	(3.861.517)
Amortizações do exercício	13, 14 e 15	(1.239.732)	(648.310)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	23	-	(35.502)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	23	(5.447.685)	(41.022)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	23	869.231	(5.459.624)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	23	(1.813.095)	(1.351.045)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		4.534.728	(5.035.618)
Impostos			
Correntes	16	(2.563.514)	(1.330.990)
Diferidos	16	922.423	2.439.814
		(1.641.091)	1.108.824
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		2.893.637	(3.926.794)
Resultado atribuível a interesses minoritários		(18.689)	18.646
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		2.874.948	(3.908.148)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

José Aires

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Diana Alves Ribeiro

Rita Alves Ribeiro

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	2.893.637	(3.926.794)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	15.700.377	(9.379.266)
Impacto fiscal	(4.166.142)	2.600.696
Transferência para resultados por imparidade	(869.231)	2.196.336
Impacto fiscal	252.077	(582.029)
Transferência para resultados por alienação	927.619	1.120.138
Impacto fiscal	(269.010)	(296.837)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	11.575.690	(4.340.962)
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	14.469.327	(8.267.756)
Interesses minoritários	(119.941)	56.584
Rendimento integral consolidado	14.349.386	(8.211.172)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Lezi AS

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Diana Alves Ribeiro

Rita Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
	Reservas de impostos diferidos	Impostos correntes	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.551.844	829.130	31.323.185	8.043.209	6.867.972	1.602.853	43.006.720
Aplicação do lucro do exercício de 2010	-	-	-	6.867.972	(6.867.972)	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-
Entrada em dinheiro	-	-	-	-	-	-	6.000.000
Transferência de reservas	(6.077.923)	-	(21.750.000)	-	-	-	-
Rendimento integral	2.566.091	(829.130)	37.938	-	(3.908.148)	(56.584)	(8.267.756)
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	(29.451)	(29.451)
Outras variações	-	-	-	57.927	-	-	57.927
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	4.117.935	-	9.611.123	14.969.108	(3.908.148)	1.516.818	40.767.440
Aplicação do lucro do exercício de 2011	-	-	-	(4.531.583)	3.908.148	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	623.435	-	-	-	6.000.000
Aumento de capital:	-	-	-	-	-	-	14.469.327
Entrada em dinheiro	15.758.765	(4.183.075)	-	(101.252)	2.874.948	119.941	14.469.327
Rendimento integral	-	-	-	(26.531)	-	-	(26.531)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(65.140)	154.228	10.234.558	10.309.742	2.874.948	1.636.759	61.210.236

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

João AP

Winfred
Alves Ribeiro

DIANA ALVES RIBEIRO Diana Alves Ribeiro

ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	25.020.435	33.169.159
Pagamentos de juros e comissões	(7.946.951)	(17.265.646)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(8.368.629)	(7.864.823)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	288.007	(1.826.448)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	834.605	(2.150.313)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>9.827.467</u>	<u>4.061.930</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(30.935.591)	4.101.723
Activos financeiros disponíveis para venda	(111.537.394)	5.562.802
Crédito a clientes	28.745.392	43.240.976
Investimentos detidos até à maturidade	24.330.976	5.583.871
Activos não correntes detidos para venda	(1.284.476)	(15.644.706)
Outros activos	1.730.239	(1.835.367)
	<u>(88.950.854)</u>	<u>41.009.299</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	80.000.000	(35.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(33.523.644)	(1.895.492)
Recursos de clientes	61.209.576	8.769.879
Responsabilidades representadas por títulos	(41.997.074)	(17.554.725)
Outros passivos	286.031	6.194.026
	<u>65.974.889</u>	<u>(39.486.312)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(13.148.498)</u>	<u>5.584.917</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(594.005)	(1.058.429)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(594.005)</u>	<u>(1.058.429)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	6.000.000	6.000.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>6.000.000</u>	<u>6.000.000</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(7.742.503)	10.526.488
Caixa e seus equivalentes no início do período	23.876.585	13.350.097
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.134.082	23.876.585
	<u>(7.742.503)</u>	<u>10.526.488</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Diana ALVES Ribeiro

Diana ALVES Ribeiro

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Alves Ribeiro, SGPS") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, que resultou da alteração, ocorrida em 17 de Janeiro de 1997, da denominação social da Victor Silva Ribeiro e Irmãos, Lda..

A Sociedade tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e em 31 de Dezembro de 2011 detém as seguintes participações directas:

- Uma participação de 99,13% do capital do Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest), o qual por sua vez é detentor da totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos).

O Banco Invest tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento. Para a realização das suas operações o Banco dispõe de três balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

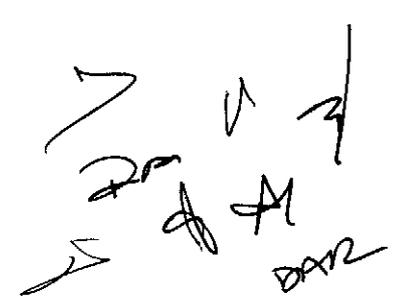
A Invest Gestão de Activos foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.
- Uma participação de 100% do capital da Motor – Park – Comércio de Veículos Automóveis, S.A. (Motor – Park). No exercício de 2011, a Motor Park efectuou o trespasse da sua actividade para uma outra entidade, tendo ficado desde essa data sem actividade operacional
- Uma participação de 100% do capital da US Gestar – Gestão de imóveis, S.A. (US Gestar, anteriormente denominada US Motor – Comércio de Automóveis, S.A.).
- No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2013.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 da Alves Ribeiro, SGPS e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.



2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Alves Ribeiro, SGPS e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3) ("Grupo"), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação as entidades de propósito especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Alves Ribeiro, SGPS e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.



2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

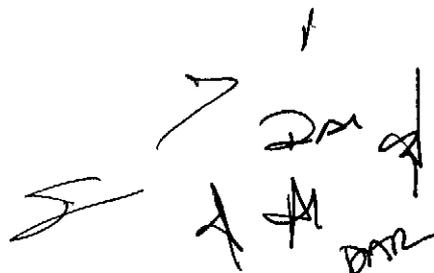
São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em "Outros activos".

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 43). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.



iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Esta categoria inclui activos financeiros que foram reclassificados em 2008 da rubrica de "Activos financeiros ao justo valor por resultados" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 43). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Grupo a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 43). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, era uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Grupo tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "deemed cost" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara, no início da operação, documentação formal que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização da contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, na rubrica “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor positivo ou negativo dos derivados de cobertura é registado no activo e no passivo, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

d) Imparidade de activos financeiros

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

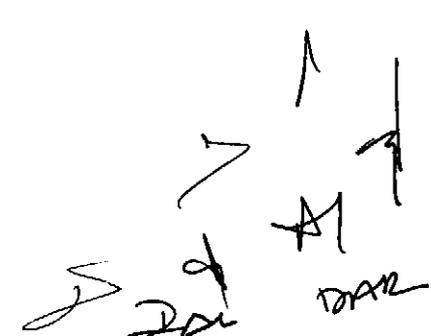
No que se refere aos instrumentos de dívida o Grupo definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- Rating inferior a BBB-, ou seja, Non investment grade;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "recover value" esperado;
 - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de rating igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
- Redução do "credit enhancement" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Grupo poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large 'S', 'J', 'DAR', and other illegible marks.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Grupo constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco Invest (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Grupo avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Grupo, que desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Propriedades de Investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo da obtenção de rendimentos através do seu arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo do custo previsto na Norma IAS 40 – “Propriedades de investimento”, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado.

As rendas recebidas são reconhecidas como proveitos no período a que dizem respeito na rubrica “Outros rendimentos de exploração”, da demonstração de resultados.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor nas respectivas rubricas de activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

A Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de imóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Com a publicação da Lei nº12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a Derrama Estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 Euros. A Derrama Estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

De referir, contudo, que a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, nos exercícios de 2012 e de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000 Euros. Assim, relativamente aos exercícios de 2012 e de 2013, a taxa de Derrama Estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 10.000.000 Euros passa para 3%, sendo que a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 10.000.000 Euros passa a corresponder a 5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável, bem como de prejuízos fiscais reportáveis.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a imparidade e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 29% e 28%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Grupo com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em contas as regras definidas pelo IAS 39.

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas "Crédito a clientes", "Investimentos detidos até à maturidade" e "Activos financeiros disponíveis para venda". A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4 d)).

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2012 o Grupo adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

A aplicação desta Emenda não teve impactos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	1-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos de pensões de benefícios definidos) (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do "corredor"); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	1-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade da Sociedade e das suas subsidiárias, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	-	Integral
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	99,13%	Integral
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. mobiliár	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	Comércio de veículos	Lisboa	100%	Integral
US Gestar - Gestão de imóveis, S.A.	Comércio de veículos	Lisboa	100%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2012			2011		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Alves Ribeiro, SGPS, S.A.	60.491.577	57.239.058	(247.365)	60.373.698	51.486.423	(347.660)
Banco Invest, S.A.	628.070.582	54.297.759	146.500	539.651.940	42.577.709	(5.095.279)
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.698.191	1.665.425	86.171	1.592.872	1.579.254	87.363
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	38.839.779	32.683.626	(2.053.549)	44.316.011	40.310.648	(1.564.561)
AR Finance 1, plc	43.157.376	(5.221.095)	(1.896.131)	50.217.879	(3.314.983)	(1.075.553)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	105.685.962	99.901.981	(3.035.039)	116.917.251	114.225.784	307.869
Invest Finance BV	103.246.522	18.000	17.200	114.345.176	18.000	17.200
Fundo Tejo	7.958.670	7.781.911	224.775	7.718.333	7.557.137	87.158
Motor-Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	115.654	(2.013.417)	(6.982)	177.407	(2.006.435)	(217.500)
US Gestar - Gestão de imóveis, S.A.	1.919.810	952.661	33.027	1.971.003	919.635	28.386

No exercício de 2011 a Sociedade adquiriu cerca de 15.000 acções do Banco Invest, S.A. com o valor nominal de 5 Euros, passando a sua participação a ascender a 99,13%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em Setembro de 2011, a Motorpark trespassou a sua actividade para uma outra entidade, ficando actualmente sem qualquer actividade operacional. No âmbito dessa operação foi celebrado um contrato de arrendamento do imóvel onde a Motorpark desenvolvia a sua actividade. O contrato foi elaborado por um período de 10 anos, sendo o mesmo renovável por período a acordar posteriormente.

4. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial - Crédito a clientes
- Mercados - Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corregatem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos
- Comércio e Reparação de Automóveis

Nos exercícios de 2012 e 2011, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2012		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.747.243	2.400.060	13.147.303
Rendimentos de instrumentos de capital	-	15.702	15.702
Resultados de serviços e comissões	1.303.565		1.303.565
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	6.941.451	6.941.451
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(927.618)	(927.618)
Outros resultados de exploração e outros	151.970	259.715	411.685
Produto bancário	12.202.778	8.889.310	20.892.088
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(6.509.377)	(2.216.700)	(8.726.077)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(643.512)	(268.757)	(912.269)
Provisões e imparidade	(7.484.925)	765.912	(6.719.013)
Resultado antes de impostos	(2.435.036)	6.969.765	4.534.729
Impostos	235.639	(1.876.730)	(1.641.091)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(2.199.397)	5.093.035	2.893.638
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	(18.689)	(18.689)
Resultado líquido do exercício	(2.199.397)	5.074.346	2.874.949
Activos financeiros detidos para negociação	-	73.168.205	73.168.205
Activos financeiros disponíveis para venda	-	200.747.407	200.747.407
Crédito a clientes	186.974.954	8.992.958	195.967.912
Investimentos detidos até à maturidade	-	88.073.643	88.073.643
Recursos de bancos centrais	-	228.442.066	228.442.066
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	182.786.325	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	135.095.049	-	135.095.049

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

Handwritten signatures and initials, including 'RAN' and 'DAR', are present at the bottom right of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			Total
	Comercial	Mercados	Automóvel	
Margem financeira	10.370.364	2.700.706	-	13.071.070
Rendimentos de instrumentos de capital	-	33.386	-	33.386
Resultados de serviços e comissões	1.674.419	-	-	1.674.419
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(2.628.937)	-	(2.628.937)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.120.138)	-	(1.120.138)
Outros resultados de exploração e outros	(70.013)	30.586	629.301	589.874
Produto bancário	11.974.770	(984.397)	629.301	11.619.674
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(6.332.074)	(2.102.230)	(685.485)	(9.119.789)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(525.972)	(116.041)	(6.297)	(648.310)
Provisões e impanidade	(1.585.214)	(5.102.014)	(199.965)	(6.887.193)
Resultado antes de impostos	3.531.510	(8.304.682)	(262.446)	(5.035.618)
Impostos	(1.040.516)	2.149.340	-	1.108.824
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	2.490.994	(6.155.342)	(262.446)	(3.926.794)
Resultado atribuível a interesses minoritários	(25.915)	44.561	-	18.646
Resultado líquido do exercício	2.465.079	(6.110.781)	(262.446)	(3.908.148)
Activos financeiros detidos para negociação	-	35.914.153	-	35.914.153
Activos financeiros disponíveis para venda	-	76.961.458	-	76.961.458
Crédito a clientes	205.422.942	18.528.102	-	223.951.044
Investimentos detidos até à maturidade	-	109.141.331	-	109.141.331
Recursos de bancos centrais	-	147.702.517	-	147.702.517
Recursos de outras instituições de crédito	-	34.878.349	-	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	117.815.283	-	117.815.283
Responsabilidades representadas por títulos	176.288.777	-	-	176.288.777

(1) Nos segmentos "Comercial" e "Mercados", estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Grupo é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	314.972	256.335
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	4.519.774	8.953.430
	<u>4.834.746</u>	<u>9.209.765</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem		
· No país	3.168.927	3.960.274
· No estrangeiro	8.130.409	10.706.546
	<u>11.299.336</u>	<u>14.666.820</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 5.700.919 Euros e 6.615.939 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 22).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Dívida pública portuguesa	-	1.823.625
De outros residentes		
· De outros emissores públicos nacionais	1.975.000	1.395.000
· Instituições de crédito	1.678.124	138.195
· Empresas	25.224.110	8.491.973
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	1.035.960	-
· Instituições de crédito	27.075.627	18.500.670
· Empresas	12.977.194	1.883.263
	<u>69.966.015</u>	<u>32.232.726</u>
	-----	-----
Juros a receber	854.798	605.476
	<u>70.820.813</u>	<u>32.838.202</u>
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
· Acções	333.437	317.006
De não residentes		
· Acções	283.039	538.292
· Unidades de participação	158.306	556.243
	<u>774.782</u>	<u>1.411.541</u>
	-----	-----
<u>Instrumentos financeiros derivados</u>		
Swaps		
· Divisas	-	8.114
· Taxa de juro	799.173	1.128.869
· Crédito	50.537	9.697
· Outros	573.520	-
Opções	149.380	517.730
	<u>1.572.610</u>	<u>1.664.410</u>
	-----	-----
	<u>73.168.205</u>	<u>35.914.153</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida pública portuguesa	-	2.542.500
De outros residentes		
· De outros emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
· Instituições de crédito	1.670.000	150.000
· Empresas	25.420.802	8.500.000
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	1.000.000	-
· Instituições de crédito	27.594.723	22.750.000
· Empresas	13.500.000	4.250.000
	<u>71.185.525</u>	<u>40.192.500</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	<u>2012</u>			
	<u>Montante nominal</u>	<u>Valor contabilístico</u>		
Derivados de negociação	Activos deídos para negociação	Passivos deídos para negociação	(Nota 19)	Total
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
· Swaps				
De taxa de juro	206.236.922	799.173	(32.342)	766.831
Sobre eventos de crédito	15.000.000	50.537	(690)	49.847
Outros	3.945.247	573.520	-	573.520
· Opções embutidas				
em depósitos estruturados	4.651.473	149.380	(23.945)	125.435
	<u>229.833.642</u>	<u>1.572.610</u>	<u>(56.977)</u>	<u>1.515.633</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
· Futuros				
De taxa de juro	20.371.445	-	-	-
De cotações	1.529.135	-	-	-
De divisas	2.903.060	-	-	-
	<u>24.803.640</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>254.637.282</u>	<u>1.572.610</u>	<u>(56.977)</u>	<u>1.515.633</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			Total
	Montante nominal Derivados de negociação	Valor contabilístico		
		Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação (Nota 19)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
Op. Cambiais a Prazo				
De divisas	96.090	-	-	-
Swaps				
De divisas	299.294	8.114	-	8.114
De taxa de juro	266.201.725	1.128.869	(158.074)	970.796
Sobre eventos de crédito	41.364.286	9.697	(497.276)	(487.579)
Opções embutidas em depósitos estruturados	3.794.616	517.730	(13.081)	504.649
Opções				
De cotações	490.786	-	(11.535)	(11.535)
	<u>312.246.797</u>	<u>1.664.410</u>	<u>(679.966)</u>	<u>984.445</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
Futuros				
De taxa de juro	57.571.843	-	-	-
De cotações	2.529.607	-	-	-
De divisas	1.553.373	-	-	-
	<u>61.654.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>373.901.620</u>	<u>1.664.410</u>	<u>(679.966)</u>	<u>984.445</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante nominal de swaps de taxa de juro inclui 190.196.364 Euros e 242.078.528 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco (Nota 9).

Handwritten signatures and initials, including 'S', 'd', 'A', 'g', 'DAR', and 'DAR'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

	2012					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	-	1.000.000	-	153.101.006	52.135.916	206.236.922
Sobre eventos de crédito	10.000.000	5.000.000	-	-	-	15.000.000
Outros	-	-	-	3.945.247	-	3.945.247
	<u>10.000.000</u>	<u>6.000.000</u>	<u>-</u>	<u>157.046.253</u>	<u>52.135.916</u>	<u>225.182.169</u>
. Opções embutidas em depósitos estruturados						
	<u>2.028.719</u>	<u>981.979</u>	<u>1.157.869</u>	<u>482.906</u>	<u>-</u>	<u>4.651.473</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	18.875.370	-	249.425	1.246.650	-	20.371.445
De cotações	1.529.135	-	-	-	-	1.529.135
De divisas	2.903.060	-	-	-	-	2.903.060
	<u>23.307.565</u>	<u>-</u>	<u>249.425</u>	<u>1.246.650</u>	<u>-</u>	<u>24.803.640</u>
	<u>35.336.284</u>	<u>6.981.979</u>	<u>1.407.294</u>	<u>158.775.809</u>	<u>52.135.916</u>	<u>254.637.282</u>
2011						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Op. Cambiais a Prazo						
De divisas	-	-	96.090	-	-	96.090
. Swaps						
De divisas	-	299.294	-	-	-	299.294
De taxa de juro	-	-	2.020.000	199.311.671	64.870.054	266.201.725
Sobre eventos de crédito	-	-	26.364.286	15.000.000	-	41.364.286
	<u>-</u>	<u>299.294</u>	<u>28.480.376</u>	<u>214.311.671</u>	<u>64.870.054</u>	<u>307.961.395</u>
. Opções embutidas em depósitos estruturados						
	<u>1.594.707</u>	<u>801.748</u>	<u>492.847</u>	<u>905.314</u>	<u>-</u>	<u>3.794.616</u>
. Opções						
De cotações e câmbios	413.500	-	77.286	-	-	490.786
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	54.109.880	1.485.900	743.288	1.232.775	-	57.571.843
De cotações	2.529.607	-	-	-	-	2.529.607
De divisas	1.553.373	-	-	-	-	1.553.373
	<u>58.192.860</u>	<u>1.485.900</u>	<u>743.288</u>	<u>1.232.775</u>	<u>-</u>	<u>61.654.823</u>
	<u>60.201.067</u>	<u>2.586.942</u>	<u>29.793.797</u>	<u>216.449.760</u>	<u>64.870.054</u>	<u>373.901.620</u>

Handwritten signatures and initials:
 S
 P
 A
 D
 R

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Mercado de balcão (OTC)</u>		
Swaps		
De divisas		
. Clientes	-	299.294
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	191.196.364	244.078.528
. Clientes	15.040.558	22.123.197
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	15.000.000	41.364.286
Outros		
. Clientes	3.945.247	-
Opções embutidas em depósitos estruturados		
. Clientes	4.651.473	3.794.616
Opções		
. De cotações	-	490.786
	<u>229.833.642</u>	<u>312.150.707</u>
<u>Transaccionados em bolsa</u>		
Futuros		
. De taxa de juro	20.371.445	57.571.843
. De cotações	1.529.135	2.529.607
. De divisas	2.903.060	1.553.373
	<u>24.803.640</u>	<u>61.654.823</u>
	<u>254.637.282</u>	<u>373.901.620</u>

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large 'S' and 'D' and the date '2012'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.038.745	16.842.750
Emissores públicos nacionais	1.809.680	600.000
De outros residentes	10.627.113	8.692.254
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	91.225.950	5.175.444
· Outras obrigações	78.078.382	43.122.631
	-----	-----
	196.779.870	74.433.079
	-----	-----
Juros a receber	1.456.982	1.194.373
	-----	-----
	198.236.852	75.627.452
	-----	-----
<u>Instrumentos de capital</u>		
Emitidos por residentes		
· Valorizados ao justo valor	5.486.767	5.558.297
Emitidos por não residentes		
· Valorizados ao justo valor	1.465.370	1.444.570
	-----	-----
	6.952.137	7.002.867
	-----	-----
	205.188.989	82.630.319
	-----	-----
· Imparidade (Nota 23)	(4.441.582)	(5.668.861)
	-----	-----
	200.747.407	76.961.458
	=====	=====

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 3.426.367 Euros, gerido pela Invest Gestão de Activos (3.589.705 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.100.000	21.100.000
Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
De outros residentes	10.500.000	11.250.000
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	93.000.100	9.575.556
· Outras obrigações	78.323.651	50.455.000
	-----	-----
	198.923.751	94.380.556
	=====	=====

Handwritten signatures and initials, including what appears to be 'A M' and 'DAR'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	26.482	(3.664.255)
De outros residentes		
· Emissores públicos nacionais	(196.472)	(1.408.949)
· Instituições de crédito	165.368	(2.225.549)
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	686.167	(124.503)
· Outras obrigações	(300.416)	(7.012.346)
	<u>381.129</u>	<u>(14.435.602)</u>
Instrumentos de capital	<u>11.107</u>	<u>(442.381)</u>
Valias potenciais em títulos transferidos para a carteira de empréstimos e contas a receber e para a carteira de investimentos detidos até à maturidade	<u>(172.867)</u>	<u>(661.413)</u>
Total (Nota 27)	<u>219.369</u>	<u>(15.539.396)</u>



 J. A. A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito interno securitizado:		
. Operações de locação financeira imobiliária	73.715.521	83.312.723
. Empréstimos a médio e longo prazo	54.375.066	70.242.335
	<u>128.090.587</u>	<u>153.555.058</u>
Crédito interno não securitizado:		
. Operações de locação financeira imobiliária	11.440.130	10.435.941
. Empréstimos a médio e longo prazo	9.617.891	12.492.132
. Créditos em conta corrente	6.416.097	7.267.759
. Operações de locação financeira mobiliária	329.971	347.735
. Descobertos em depósitos à ordem	1.529.174	2.212.016
. Outros créditos	7.071.522	6.504.474
	<u>36.404.785</u>	<u>39.260.057</u>
Crédito ao exterior:		
. Descobertos em depósitos à ordem	398.817	72.432
	<u>164.894.189</u>	<u>192.887.547</u>
Juros a receber	<u>511.713</u>	<u>459.106</u>
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida:		
De não residentes		
. Instituições de crédito	1.101.140	1.586.363
. Empresas	8.867.184	17.582.253
. Juros a receber	44.491	95.762
	<u>10.012.815</u>	<u>19.264.378</u>
Comissões associadas ao custo amortizado:		
. Despesas com encargo diferido	291.638	366.282
. Receitas com rendimento diferido	(103.744)	(127.843)
	<u>187.894</u>	<u>238.439</u>
Crédito e juros vencidos	<u>34.141.074</u>	<u>19.396.332</u>
	<u>209.747.685</u>	<u>232.245.802</u>
Imparidade (Nota 23)	<u>(13.779.773)</u>	<u>(8.294.758)</u>
	<u>195.967.912</u>	<u>223.951.044</u>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações de securitização:		
· AR Finance	31.767.303	40.611.638
· Invest Finance - Conduit	96.323.284	112.943.420
	<u>128.090.587</u>	<u>153.555.058</u>
	=====	=====

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- AR Finance:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “cross default”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do "Step up"	Remuneração	
		2012	2011			Até à data do "Step up"	Após a data do "Step up"
Classe A	106.500.000	2.665.080	8.238.555	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	7.850.158	7.850.158	Setembro de 2036	–	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	–	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	<u>154.560.000</u>	<u>47.215.238</u>	<u>52.788.713</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações das Classes A e B têm ambas "Rating" A-atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 31.767.304 Euros e 40.611.638 Euros, respectivamente.

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2012 a 96.323.284 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o papel comercial emitido ascende a 93.812.361 Euros e 105.101.144 Euros, respectivamente. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Nota 22).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	7.594.140	6.214.460
De três meses a um ano	4.401.420	9.448.392
De um ano a cinco anos	18.527.382	13.944.936
Mais de cinco anos	134.371.247	163.279.759
	-----	-----
	164.894.189	192.887.547
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	542.182	976.060
De três meses a um ano	7.398.026	3.762.565
Mais de um ano	26.200.866	14.657.707
	-----	-----
	34.141.074	19.396.332
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 38.565.715 Euros e 36.214.438 Euros, respectivamente.

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Dan' and another set of initials 'DAR'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, incluindo o crédito securitizado, por sectores de actividade é a seguinte:

	2012		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos Particulares	42.014.975	8.491.837	50.506.812
Actividades imobiliárias	37.750.255	8.516.926	46.267.181
Indústrias transformadoras	21.493.695	6.519.472	28.013.167
Construção	16.877.518	1.527.773	18.405.291
Actividades financeiras e de seguros	10.178.968	6.382.533	16.561.501
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	10.580.089	105.105	10.685.194
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.747.083	199.266	5.946.349
Alojamento, restauração e similares	3.836.892	690.948	4.527.838
Outras actividades de serviços	3.669.592	592.566	4.262.158
Educação	3.213.611	14.444	3.228.055
Actividades de saúde humana e apoio social	2.103.661	272.539	2.376.200
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.981.565	321.634	2.303.199
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2.074.340	7.780	2.082.120
Transportes e armazenagem	1.749.312	158.450	1.907.762
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	756.131	199.258	955.389
Actividades de informação e de comunicação	541.032	-	541.032
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	325.471	-	325.471
Total Crédito	-	140.545	140.545
	<u>164.894.190</u>	<u>34.141.074</u>	<u>199.035.264</u>

	2011		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos Particulares	44.262.983	2.448.540	46.711.523
Actividades imobiliárias	45.546.513	4.331.008	49.877.521
Indústrias transformadoras	27.515.414	4.842.037	32.357.451
Construção	16.322.083	5.879.119	22.201.202
Actividades financeiras e de seguros	19.931.636	752.307	20.683.943
Alojamento, restauração e similares	12.857.590	68.781	12.926.371
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.773.230	157.479	4.930.709
Outras actividades de serviços	4.488.118	379.928	4.868.046
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3.366.681	3.259	3.369.940
Educação	3.059.124	59.135	3.118.259
Actividades de saúde humana e apoio social	2.443.029	256.320	2.699.349
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.315.467	54.055	2.369.522
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2.160.217	-	2.160.217
Transportes e armazenagem	1.872.426	57.183	1.929.609
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	916.015	107.181	1.023.196
Actividades de informação e de comunicação	569.106	-	569.106
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	342.915	-	342.915
Total Crédito	145.000	-	145.000
	<u>192.887.547</u>	<u>19.396.332</u>	<u>212.283.879</u>

S
A
DAR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Por forma a dar cumprimento aos requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	10.839.877	11.512.263
Entre 1 ano e 5 anos	39.474.709	43.995.507
Mais de 5 anos	<u>61.182.978</u>	<u>74.242.983</u>
	<u>111.497.564</u>	<u>129.750.753</u>
Rendimentos financeiros não obtidos	(26.011.943)	(35.654.354)
	<u>85.485.621</u>	<u>94.096.399</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	7.191.706	6.835.695
Entre 1 ano e 5 anos	28.244.881	28.897.581
Mais de 5 anos	<u>50.049.034</u>	<u>58.363.123</u>
	<u>85.485.621</u>	<u>94.096.399</u>
Imparidade	(3.864.578)	(1.995.150)
	<u>81.621.043</u>	<u>92.101.249</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual não esteja garantido, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 43).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica "Crédito a clientes – títulos a receber" e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Diversos (Asset-Backed Securities)	7.930.426	16.774.052
Actividades financeiras	1.173.153	1.588.773
Outros	909.236	805.791
	<u>10.012.815</u>	<u>19.168.616</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	-	-
De um ano a cinco anos	6.116.846	7.286.119
Mais de cinco anos	3.895.969	11.882.497
	<u>10.012.815</u>	<u>19.168.616</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida -</u>		
De residentes		
Dívida pública portuguesa	14.376.560	14.291.419
Outros	12.960.285	12.766.576
De não residentes		
Dívida pública de não residentes	12.995.989	17.818.333
Outros	45.796.002	65.284.187
	-----	-----
	86.128.836	110.160.515
	-----	-----
Juros a receber	1.944.807	2.244.104
	-----	-----
	88.073.643	112.404.619
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	-	(3.263.288)
	-----	-----
	88.073.643	109.141.331
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 88.257.219 Euros e 98.138.424 Euros, respectivamente (Nota 42).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até um ano	34.676.129	24.052.959
De um ano a cinco anos	33.541.529	68.699.585
Mais de cinco anos	19.855.985	19.652.075
	-----	-----
	88.073.643	112.404.619
	=====	=====

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 43). Adicionalmente o Banco adquiriu alguns títulos no decorrer de 2010, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

Em Outubro de 2011 o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida pública Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 43). O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda corresponde à diferença entre o valor de balanço e o justo valor na data da reclassificação, no montante de 1.166.253 Euros, registada na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco reconheceu imparidade para títulos de dívida pública grega no montante de 3.263.288 Euros, na sequência da operação de reestruturação da dívida grega finalizada no primeiro trimestre de 2012 (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em Março de 2012, resultante da reestruturação dos títulos de dívida pública Grega, os títulos que constavam nesta carteira foram permutados por títulos novos os quais foram alocados à Carteira de Activos Financeiros disponíveis para venda (Nota 7), tendo conseqüentemente sido utilizada a respectiva imparidade na Carteira de Maturidade.

Os títulos reclassificados foram registados nesta rubrica por ser intenção do Banco detê-los até à sua maturidade. Adicionalmente, uma vez que parte significativa dos títulos se vence até 2014 e, tal como descrito na Nota 42, o Banco considera que as suas necessidades de liquidez estão adequadamente cobertas, não é previsível que venha a existir necessidade de alienar os títulos registados nesta categoria. Neste sentido, o Banco considera que tem capacidade de assegurar a detenção destes títulos até à sua maturidade.

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica corresponde à valorização de um derivado celebrado com o Espírito Santo International S.A. em Maio de 2012, para fazer face às variações da cotação das acções da Portugal Telecom adquiridas na mesma data. Atendendo a que estavam ser cumpridos os requisitos para contabilidade de cobertura, a valorização dos títulos registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" foi registada em resultados, compensando a valorização deste derivado.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos não correntes detidos para venda:		
- Imóveis	34.572.738	33.351.262
- Imparidade (Nota 23)	(4.650.722)	(2.837.627)
	<u>29.922.016</u>	<u>30.513.635</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 23.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012						31 de Dezembro de 2012		
	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	31 de Dezembro de 2012		Valor líquido
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 23)					Valor Bruto	Imparidade (Nota 23)	
Imóveis	33.351.262	(2.837.627)	6.329.202	-	(5.107.726)	(1.813.095)	34.572.738	(4.650.722)	29.922.016

	2011						31 de Dezembro de 2011		
	31 de Dezembro de 2010		Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	31 de Dezembro de 2011		Valor líquido
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 23)					Valor Bruto	Imparidade (Nota 23)	
Imóveis	18.017.799	(1.564.718)	18.548.294	(502.818)	(2.712.013)	(1.272.909)	33.351.262	(2.837.627)	30.513.635

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os imóveis recebidos em dação em cumprimento apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

Ano de aquisição	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2005	469.237	(184.809)	284.428	796.157	(53.609)	742.548
2005	344.653	(157.653)	187.000	486.042	(99.590)	386.452
2006	730.041	(43.540)	686.501	740.744	(9.270)	731.474
2007	1.038.489	(152.008)	886.481	1.038.489	(68.578)	969.911
2008	655.953	(117.247)	538.706	995.990	(18.552)	977.438
2009	3.518.265	(679.988)	2.838.277	4.596.792	(527.907)	4.068.885
2010	5.666.565	(855.592)	4.810.973	6.123.446	(742.864)	5.380.582
2011	15.933.641	(2.120.551)	13.813.090	18.573.602	(1.317.257)	17.256.345
2012	6.215.894	(339.334)	5.876.560	-	-	-
	<u>34.572.738</u>	<u>(4.650.722)</u>	<u>29.922.016</u>	<u>33.351.262</u>	<u>(2.837.627)</u>	<u>30.513.635</u>

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Grupo para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Grupo continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 150.404 Euros e 31.888 Euros, respectivamente (Nota 37).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor bruto	6.315.584	6.373.480
Amortizações acumuladas	(1.577.387)	(1.204.916)
	<u>4.738.197</u>	<u>5.168.564</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui imóveis que foram transferidos da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", que se encontram arrendados pelo Banco Invest e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Adicionalmente, no exercício de 2011, foi transferido da rubrica "Outros activos tangíveis" o imóvel onde a Motor Park exercia a sua actividade, que no âmbito do trespasse da sua actividade passou a ser arrendado a uma terceira entidade. Em 31 de Dezembro de 2012, este imóvel apresenta um valor líquido de amortizações de 2.416.285 Euros. Em Abril de 2012 foram obtidas duas avaliações para este imóvel cujo valor médio ascendia a cerca de 4.300.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui ainda o imóvel detido pela US Gestar – Gestão de Imóveis, S.A., localizado na Av. Elias Garcia, em Lisboa cujo valor líquido de balanço totaliza 1.851.851 Euros e 1.922.358 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2005, este imóvel foi adaptado para a exploração imobiliária, tendo sido arrendado por um período de cinco anos a uma empresa do sector do comércio e reparação automóvel. Na sequência da alteração da forma de utilização do imóvel, o Grupo procedeu à reclassificação do respectivo valor contabilístico para a rubrica "Propriedades de investimento". Em Outubro de 2012 foi realizada por uma entidade independente uma avaliação para este imóvel, cujo valor apurado ascendia a 2.282.000 Euros.

As rendas recebidas pela utilização dos imóveis e os custos com as amortizações do exercício são registados nas rubricas "Outros rendimentos de exploração" e "Outros encargos de exploração", respectivamente (Nota 38).

No exercício de 2012 as amortizações do exercício ascenderam a 372.471 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	2012					
	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.822.251	(966.214)	43.270	24.236	(361.165)	562.378
Activos intangíveis em curso	6.393	-	22.872	(24.236)	-	5.029
	<u>1.828.644</u>	<u>(966.214)</u>	<u>66.142</u>	<u>-</u>	<u>(361.165)</u>	<u>567.407</u>
	2011					
Descrição	31 de Dezembro de 2010		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	966.387	(805.573)	-	855.864	(160.641)	856.037
Ouro immobilizado corpóreo	27.488	(27.486)	-	-	(2)	-
Activos intangíveis em curso	693.382	-	168.875	(855.864)	-	6.393
	<u>1.687.257</u>	<u>(833.059)</u>	<u>168.875</u>	<u>-</u>	<u>(160.643)</u>	<u>862.430</u>

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large arrow pointing to the right and several illegible signatures.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por prejuízos fiscais		1.171.473
· Por outras diferenças temporárias	4.890.054	6.938.647
	<u>4.890.054</u>	<u>8.110.120</u>
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(598.788)	(623.304)
	<u>4.291.266</u>	<u>7.486.816</u>
Activos por impostos correntes:		
· Imposto imputado	-	(99.743)
· Imposto a recuperar – IRC - US Gestar	18.078	47.515
· Imposto a recuperar – IRC – Alves Ribeiro, SGPS	4.368	-
· Pagamentos por conta	-	522.571
	<u>22.446</u>	<u>470.343</u>
Passivos por impostos correntes:		
· Imposto imputado	(1.877.463)	(21.229)
· Imposto imputado – derrama estadual	(589.126)	(17.040)
· Outros	49.804	(4.703)
	<u>(2.416.785)</u>	<u>(43.002)</u>
Imposto sobre o rendimento a receber/(pagar)	<u>(2.394.339)</u>	<u>427.341</u>

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Banco relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

Handwritten signature and date '2012' in the bottom right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			
	Saldo	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em	em
	31.12.2011	Resultados	Reservas	31.12.2012
<u>Activos por impostos diferidos</u>				
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	2.122.342	1.662.413	-	3.784.755
- Provisões para risco país	(123.931)	124.012	-	81
. Valorização de derivados de negociação	108.494	(66.046)	-	42.448
. Imparidade de títulos	358.068	256.839	65.102	680.009
. Por prejuízos fiscais	1.171.473	(1.171.473)	-	-
. Imparidade activos não correntes detidos para venda	-	382.761	-	382.761
. Activos disponíveis para venda	4.349.743	(266.083)	(4.183.075)	(99.415)
. Provisões para investimentos financeiros	(499.373)	-	-	(499.373)
	<u>7.486.816</u>	<u>922.423</u>	<u>(4.117.973)</u>	<u>4.291.266</u>

	2011			
	Saldo	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em	em
	31.12.2010	Resultados	Reservas	31.12.2011
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	1.713.717	408.625	-	2.122.342
- Provisões para risco país	(225.889)	101.958	-	(123.931)
- Provisões para investimentos financeiros	(499.373)	-	-	(499.373)
. Valorização de derivados de negociação	127.978	(19.484)	-	108.494
. Imparidade de títulos	447.679	(89.611)	-	358.068
. Activos disponíveis para venda	1.551.844	1.060.938	1.736.961	4.349.743
. Por prejuízos fiscais	194.085	977.388	-	1.171.473
	<u>3.310.041</u>	<u>2.439.814</u>	<u>1.736.961</u>	<u>7.486.816</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2012	2011
<u>Impostos correntes</u>		
Do exercício	2.563.514	182.536
Alteração do reconhecimento fiscal de valias potenciais	-	1.148.454
	<u>2.563.514</u>	<u>1.330.990</u>
<u>Impostos diferidos</u>		
Prejuízos fiscais reportáveis	1.171.473	(977.388)
Registo e reversão de diferenças temporárias	(2.093.896)	(1.462.426)
	<u>(922.423)</u>	<u>(2.439.814)</u>
Total de impostos reconhecidos em resultados	<u>1.641.091</u>	<u>(1.108.824)</u>
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	<u>4.534.729</u>	<u>(5.035.618)</u>
Carga fiscal	<u>36,19%</u>	<u>22,01%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2011 o Banco alterou a política de reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na reserva de justo valor que vinha a adoptar desde 2008. Essa alteração foi ainda reflectida na entrega da declaração Modelo 22 referente ao exercício de 2010 e teve como consequência um aumento do imposto a pagar de 1.148.454 Euros. Este montante foi maioritariamente compensado com o registo de activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias que passaram a ser originados pela referida alteração da política.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo relativas aos anos de 2007 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		4.534.729		(5.035.618)
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	1.201.703	26,50%	(1.334.439)
Derrama Estadual	7,75%	351.504	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	(3,52%)	(159.675)	4,83%	(243.336)
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	0,27%	12.062	(0,24%)	11.947
Reintegrações	0,11%	4.997	(0,06%)	3.165
Juros	-	-	(2,59%)	130.284
Benefícios fiscais	(0,08%)	(3.789)	0,07%	(3.709)
Mais e menos valias	-	-	0,06%	(3.146)
Tributação autónoma	1,25%	56.890	(1,98%)	99.743
Contribuição sobre o sector bancário	0,76%	34.361	-	-
Outros	3,15%	143.038	(4,58%)	230.667
	<u>36,19%</u>	<u>1.641.091</u>	<u>22,01%</u>	<u>(1.108.824)</u>

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including an arrow pointing to the table and the name "S. Zard" with a signature.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	680.275	1.844.774
IVA a recuperar	-	43.625
Clientes	96.430	235.168
Outros devedores diversos	86.296	73.215
	<u>863.001</u>	<u>2.196.782</u>
<u>Sector Público Administrativo</u>		
Devedores diversos	21.085	33.200
<u>Outros Activos</u>		
Ouro e outros metais preciosos	126.434	270.152
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	445.102	334.736
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Operação de securitização – Conduit	86.692	161.177
Rendas	56.086	52.039
Seguros	-	33.483
Outras	125.600	112.041
	<u>268.378</u>	<u>358.740</u>
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações fora de bolsa a liquidar	2.189.042	3.317.411
Operações de bolsa a liquidar	3.117.371	2.107.889
Outras	751.664	1.309.835
	<u>6.058.077</u>	<u>6.735.135</u>
	<u>7.782.077</u>	<u>9.928.745</u>
<u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Clientes	(47.808)	(164.376)
	<u>7.734.269</u>	<u>9.764.369</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos do Banco de Portugal	227.500.000	147.500.000
Juros a pagar	942.066	202.517
	<u>228.442.066</u>	<u>147.702.517</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Recursos do Banco de Portugal” corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	117.500.000	97.500.000
De um ano a cinco anos	110.000.000	50.000.000
	<u>227.500.000</u>	<u>147.500.000</u>
	=====	=====

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 25).

19. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Swaps		
De taxa de juro	32.342	158.074
Sobre eventos de crédito	690	497.276
Opções	23.945	24.616
	<u>56.977</u>	<u>679.966</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)**20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos a prazo e outros recursos:		
· Instituições de crédito no país	7.255.194	32.804.846
· Instituições de crédito no estrangeiro	-	1.932.143
	<u>7.255.194</u>	<u>34.736.989</u>
Encargos a pagar:		
· Juros de recursos de instituições de crédito no país	20	141.360
	<u>7.255.214</u>	<u>34.878.349</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os “Recursos de outras instituições de crédito” têm vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
À vista:		
· Depósitos à ordem	22.283.078	20.941.009
A prazo:		
· Depósitos a prazo	155.832.507	94.547.814
· Depósitos estruturados	1.522.038	1.229.279
	<u>157.354.545</u>	<u>95.777.093</u>
	<u>179.637.623</u>	<u>116.718.102</u>
Encargos a pagar:		
· Juros de recursos de clientes	3.148.702	1.097.181
	<u>182.786.325</u>	<u>117.815.283</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	40.312.107	35.143.466
De três meses a um ano	113.494.504	58.645.694
De um a cinco anos	3.537.934	1.972.933
A mais de cinco anos	10.000	15.000
	<u>157.354.545</u>	<u>95.777.093</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão	-	25.000.000
Títulos de dívida de clientes	3.129.435	2.565.336
	<u>3.129.435</u>	<u>25.565.336</u>
"Floating rate notes" emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
· Classe A	2.593.762	8.018.130
· Classe B	35.500.000	35.500.000
	<u>38.093.762</u>	<u>43.518.130</u>
"Variable funding loan notes" emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	93.812.361	105.101.144
Juros a pagar	59.491	179.687
Despesas incluídas no custo amortizado	-	(75.520)
	<u>135.095.049</u>	<u>176.288.777</u>

As Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão foram emitidas em 5 de Fevereiro de 2009, no montante de 25.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, tendo sido amortizadas em Fevereiro de 2012.

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Grupo durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas	Utilizações	
Provisões	764.741	-	(9.244)	755.497
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	8.294.758	5.447.685	37.330	13.779.773
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	5.668.861	(869.231)	(358.048)	4.441.582
Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	3.263.288	-	(3.263.288)	-
Imparidade de outros activos:				
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	2.837.627	1.813.095	-	4.650.722
- Clientes (Nota 17)	164.376	-	(116.568)	47.808
	<u>20.993.651</u>	<u>6.391.549</u>	<u>(3.709.818)</u>	<u>23.675.382</u>



 S. J. A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Dotações líquidas	Utilizações	
Provisões	729.239	35.502	-	764.741
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	8.267.962	41.022	(14.226)	8.294.758
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.637.406	2.196.336	(1.164.881)	5.668.861
Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	-	3.263.288	-	3.263.288
Imparidade de outros activos:				
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	1.564.718	1.272.909	-	2.837.627
- Clientes (Nota 17)	153.751	10.625	-	164.376
- Mercadorias (Nota 17)	289.651	67.511	(357.162)	-
	<u>15.642.727</u>	<u>6.887.193</u>	<u>(1.536.269)</u>	<u>20.993.651</u>

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	316.543	276.971
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	407.860	228.478
. Contribuições para a Segurança Social	93.723	79.359
. IVA a pagar	213.943	1.078
. Cobranças por conta de terceiros	8.694	387.164
Credores diversos		
. Outros credores	921.351	800.870
	<u>1.962.114</u>	<u>1.773.920</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	598.401	588.416
Por gastos gerais administrativos	20.693	19.888
Outros	8.071	76.462
	<u>627.165</u>	<u>684.766</u>
<u>Receitas com proveito diferido</u>		
Outras	84.657	79.000
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações de bolsa a liquidar	2.188.266	3.317.317
Operações fora de bolsa a liquidar	802.987	2.072.821
Outras operações a regularizar	545.029	75.533
	<u>3.536.282</u>	<u>5.465.671</u>
	<u>6.210.218</u>	<u>8.003.357</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

25. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</u>		
Garantias e avales prestados	3.234.378	3.237.190
Activos dados em garantia	266.797.466	192.329.220
	<u>270.031.844</u>	<u>195.566.410</u>
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
. Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	4.731.726	5.351.254
Crédito hipotecário	51.159.190	66.587.467
Leasing imobiliário	72.199.671	81.616.337
. Outros valores		
Gestão de carteiras	1.220.484	1.035.758
Clientes - Acções	96.099.870	51.078.268
Clientes - Obrigações diversas	52.437.467	27.440.347
Clientes - Outros	331.589	229.271
Fundos - Alves Ribeiro	24.185.461	23.216.291
	<u>302.365.458</u>	<u>256.554.994</u>
	<u>572.397.302</u>	<u>452.121.405</u>

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui, respectivamente, 266.797.466 Euros e 192.329.220 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 18).

26. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da Sociedade estava representado por 7.200.000 acções (6.000.000 acções em 31 de Dezembro de 2011), com o valor nominal de 5 Euros cada, estando totalmente subscrito e realizado. A estrutura accionista da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tem a seguinte composição:

Entidade	2012			2011		
	Nº acções	Montante	%	Nº acções	Montante	%
SOTIF, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%	1.500.000	7.500.000	25%
VALRI, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%	1.500.000	7.500.000	25%
MS - Participações, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%	1.500.000	7.500.000	25%
LERIMO, SGPS, S.A.	1.800.000	9.000.000	25%	1.500.000	7.500.000	25%
	<u>7.200.000</u>	<u>36.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>6.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>100%</u>

Em Novembro de 2012, a Sociedade efectuou um aumento de capital no valor de 6.000.000 Euros, realizados em numerário.

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	219.369	(15.539.396)
· Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	(65.140)	4.117.935
	<u>154.229</u>	<u>(11.421.461)</u>
Outras reservas	10.234.558	9.611.123
Resultados transitados	10.309.742	14.969.107
	<u>20.544.300</u>	<u>24.580.230</u>
Resultado do exercício	2.874.949	(3.908.148)
	<u>23.573.477</u>	<u>9.250.621</u>
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de justo valor*

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as reservas de justo valor incluem cerca de 173.000 Euros e 661.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de "Activos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Investimentos detidos até à maturidade" e de Empréstimos e contas a receber (Nota 43). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outras reservas" inclui a reserva legal da Sociedade, no montante de 450.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2012 e 2011, o resultado consolidado do Grupo foi apurado da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados individuais:		
Alves Ribeiro SGPS	(247.365)	(347.660)
Banco Invest	146.500	(5.095.279)
Invest Gestão de Activos	86.171	87.363
AR Finance 1, plc	(1.896.131)	(1.075.553)
AR Finance 1, FTC	(2.053.549)	(1.564.561)
Invest Finance FTC	(3.035.039)	307.869
Invest Finance BV	17.200	17.200
Fundo Tejo	224.775	87.158
Motor Park	(6.982)	(217.500)
US Gestar	33.027	28.386
	<u>(6.731.393)</u>	<u>(7.772.577)</u>
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	2.337.738	1.353.985
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	2.053.549	1.564.561
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	3.035.039	(307.869)
Provisão para activos financeiros AR Finance PLC	793.607	511.266
Registo de imparidade nas UT's do AR Finance FTC	771.800	198.695
Rendimentos de juros recebidos	699.440	418.940
Outros ajustamentos:		
Anulação da provisão para a Motorpak	100.442	135.589
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Amortizações para Propriedades de investimento	(224.775)	(12.272)
Outros	(34.697)	(110.000)
	<u>2.893.638</u>	<u>(3.926.794)</u>
Interesses minoritários	<u>(18.689)</u>	<u>18.646</u>
Resultado consolidado	<u>2.874.949</u>	<u>(3.908.148)</u>

Handwritten signatures and initials, including 'Rau', 'JH', and '2012'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento ocorrido na rubrica "Interesses minoritários" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				Saldos em 31.12.2012
	Saldos em 31.12.2011	Outras variações	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.064.045	293	(7.725)	-	1.056.613
Banco Invest, S.A.	434.773	-	26.414	100.959	562.146
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	-	18.000
	<u>1.516.818</u>	<u>293</u>	<u>18.689</u>	<u>100.959</u>	<u>1.636.759</u>

	2011				Saldos em 31.12.2010
	Saldos em 31.12.2010	Alteração perímetro consolidação (Nota 3)	Resultado do exercício	Reserva de justo valor	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.009.194	42.578	12.273	-	1.064.045
Banco Invest, S.A.	576.192	(72.562)	(30.919)	(37.938)	434.773
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	-	18.000
Outros	(533)	533	-	-	-
	<u>1.602.853</u>	<u>(29.451)</u>	<u>(18.646)</u>	<u>(37.938)</u>	<u>1.516.818</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de disponibilidades	20.350	33.063
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.343	53.786
Juros de crédito a clientes:		
· Crédito interno	3.409.849	3.456.546
· Crédito ao exterior	13.838	1.196
· Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	661.564	1.190.685
· Activos titularizados	6.246.859	7.355.640
Juros de crédito vencido	624.901	494.205
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
· Títulos	1.852.435	1.378.940
· Instrumentos derivados	1.479.033	2.597.408
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
· Títulos	4.424.136	3.998.439
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4.266.995	4.939.625
Juros de devedores e outras aplicações	1.954	3.143
Outros Juros e rendimentos similares	8.214	-
	<u>23.012.471</u>	<u>25.502.676</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de recursos de bancos centrais	1.563.590	2.121.672
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	536.575	1.304.266
. no estrangeiro	14.403	25.771
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	6.325.132	3.677.679
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.690.768	3.161.006
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	(232.088)	1.802.129
Outros juros e encargos similares	(33.212)	339.083
	-----	-----
	9.865.168	12.431.606
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em "Activos financeiros disponíveis para venda".

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por garantias prestadas	43.872	43.990
Por serviços prestados:		
. Administração de valores	15.996	18.511
. Depósito e guarda de valores	691.939	624.406
. Operações de crédito	35.899	351.430
. Montagem de operações	38.773	10.250
. Cobrança de valores	74.671	63.046
. Transferência de valores	11.980	9.976
. Gestão de fundos mobiliários	110.544	120.839
. Outros serviços prestados	240.155	2.909
Por operações realizadas por conta de terceiros:		
. Comissões de corretagem	520.608	892.151
. Outras	16.029	75.653
	-----	-----
	1.800.466	2.213.161
	=====	=====

Handwritten signatures and initials, including 'DAR', 'K', and 'DAR', with arrows pointing to specific areas of the document.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por operações de crédito	78.394	77.886
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Euroclear	85.647	55.775
Comissões bancárias	22.329	29.486
Banco de Portugal	22.863	21.419
Encargos com futuros por conta de clientes	4.947	4.621
Outros	63.157	26.196
Por operações realizadas por terceiros	144.935	175.885
Comissões de angariação de negócio	47.376	93.140
Outras comissões pagas	27.253	54.334
	<u>496.901</u>	<u>538.742</u>
	=====	=====

34. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Obrigações	1.702.015	(811.551)
Acções	15.606	(97.183)
Emitidos por não residentes		
Obrigações	5.178.557	(1.098.219)
Acções	471	(159.753)
Outros instrumentos de capital	25.396	(71.035)
	<u>6.922.045</u>	<u>(2.237.741)</u>
	-----	-----
Instrumentos financeiros derivados		
Swaps		
Divisas	(24.544)	16.938
Swaps de taxa de juro	(714.758)	(136.777)
Crédito	540.202	(328.225)
Outros	395.247	-
Futuros		
Sobre cotações	215.277	(292.463)
Sobre taxas de juro	(283.400)	(288.324)
Divisas	(114.552)	90.260
Outros	-	(82.681)
Opções		
Sobre cotações	63.434	682.514
Sobre taxa de juro	(57.500)	(52.438)
	<u>19.406</u>	<u>(391.196)</u>
	-----	-----
	<u>6.941.451</u>	<u>(2.628.937)</u>
	=====	=====

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large arrow pointing right and several initials.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)35. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De residentes		
· Dívida pública portuguesa	(160.841)	122.689
· Outras obrigações	65.706	(40.752)
De não residentes		
· Emissores públicos estrangeiros	(1.013.021)	(85.003)
· Outras obrigações	212.603	(1.028.323)
<u>Instrumentos de capital</u>		
De residentes		
· Acções	(38.911)	(88.749)
De não residentes		
· Acções	6.846	-
	<u>(927.618)</u>	<u>(1.120.138)</u>
	=====	=====

36. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Grupo.

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	(150.404)	(31.888)
Metais preciosos	94.651	83.849
Outros	18.110	23.742
	<u>(37.643)</u>	<u>75.703</u>
	=====	=====

Handwritten signatures and initials, including 'A', 'DPR', and other illegible marks.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Vendas de mercadorias	-	3.099.840
. Prestações de serviços	-	279.913
. Proveitos suplementares	23.242	352.248
. Rendimentos de propriedades de investimento	150.000	133.504
. Reembolso de despesas	84.509	105.958
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.460	2.083
. Outros	410.960	255.738
	<u>672.171</u>	<u>4.229.284</u>
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Contribuição especial sobre o sector bancário	129.665	146.948
. Impostos directos	133.612	140.565
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	3.042.788
. Quotizações e donativos	32.196	32.029
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	24.666	63.368
. Outros encargos e gastos operacionais	28.983	230.842
	<u>349.122</u>	<u>3.656.540</u>
	<u>323.049</u>	<u>572.744</u>

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

Handwritten signatures and initials:
 → [Signature]
 [Initials]
 [Initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)39. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos		
· Órgãos de Gestão e Fiscalização	603.089	599.693
· Empregados	3.403.248	3.681.986
	<u>4.006.337</u>	<u>4.281.679</u>
Encargos sociais obrigatórios		
· Encargos relativos a remunerações: Segurança Social	775.143	831.350
· Outros encargos sociais obrigatórios: Outros	24.685	20.850
	<u>799.828</u>	<u>852.200</u>
Outros custos com pessoal:		
· Outros	90.385	124.393
	<u>4.896.550</u>	<u>5.258.272</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Administradores	6	6
Directores e chefias	16	16
Quadros técnicos	96	92
Administrativos	5	5
	<u>123</u>	<u>119</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 o número de empregados da Motor-Park era de 30 pessoas. No exercício de 2011, no âmbito do Contrato de trespasse da actividade da Motorpark foram transferidos todos os colaboradores que se encontravam vinculados na empresa, tendo o valor a regularizar relativo a responsabilidades assumidas com esses colaboradores sido incluído e liquidado no âmbito do Contrato de trespasse.

↑
 S →
 2012
 AL
 2012

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com fornecimentos	265.043	278.809
Com serviços		
· Rendas e alugueres	641.697	597.407
· Comunicações	520.884	513.571
· Conservação e reparação	281.332	274.291
· Deslocações, estadas e representação	127.709	140.736
· Publicidade e edição de publicações	275.344	312.138
· Seguros	70.020	70.524
· Transportes	-	29.245
· Formação de pessoal	3.442	19.558
· Serviços especializados:		
Informática	344.438	328.676
Avenças e honorários	151.788	82.485
Informações	62.910	62.381
Limpeza	45.482	57.161
Judiciais, contencioso e notariado	27.552	22.896
Segurança e vigilância	6.543	11.402
Bancos de dados	4.807	4.311
Mão de obra eventual	-	10.725
Outros serviços especializados	319.737	358.255
· Outros serviços de terceiros	680.800	686.946
	<u>3.829.529</u>	<u>3.861.517</u>
	=====	=====

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Revisão Legal das Contas da Sociedade e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 ascenderam a 20.250 Euros.

Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and 'D' and other illegible marks.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)41. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2012	2011
Activos financeiros disponíveis para venda		
Fundo Inspirar	3.426.367	3.589.705
Crédito a clientes		
Monvest, SGPS, SA	585.451	640.451
Alves Ribeiro, SA	10.000	3.100.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	2.900.000	-
Recursos de clientes		
Mundicenter, SGPS, S.A.	8.356.523	10.120.601
Fundo Inspirar	35.388	1.457.018
Alves Ribeiro, SA	50.502	-
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	7.145	-

Transacções com entidades relacionadas

Nos exercícios de 2012 e 2011, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2012	2011
Juros e rendimentos similares		
Monvest - SGPS, SA	19.947	28.187
Alves Ribeiro, SA	99.028	-
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	168.692	-
Juros e encargos similares		
Fundo Inspirar	706	4.592
Gastos gerais administrativos		
Alrisa	295.813	283.166

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2012 o montante de empréstimos concedidos pelo Banco a membros do Conselho de Administração é de 570.601 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2012, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração do Banco foi o seguinte:

Presidente – Afonso Ribeiro Pereira de Sousa	278.200
Vice-Presidente – António Miguel R. R. Branco Amaral	186.450
Vogal – Francisco Manuel Ribeiro	135.975

42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2012		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<u>Activos</u>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	4.519.774	-	4.519.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	70.820.814	-	70.820.814
- Instrumentos financeiros derivados	1.572.610	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	198.236.852	(4.441.582)	193.795.270
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	199.734.870	(12.728.635)	187.006.235
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	10.012.815	(1.051.138)	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	88.073.643
Derivados de cobertura	7.046	-	7.046
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	766.173	-	766.173
	<u>585.043.933</u>	<u>(18.221.355)</u>	<u>566.822.578</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	15.000.000	-	15.000.000
Garantias prestadas	3.234.378	-	3.234.378
	<u>603.278.311</u>	<u>(18.221.355)</u>	<u>585.056.956</u>
	2011		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<u>Activos</u>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	8.953.430	-	8.953.430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.618.448	-	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	32.838.202	-	32.838.202
- Instrumentos financeiros derivados	1.664.410	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	75.627.452	(5.668.861)	69.958.591
Crédito a clientes:			
Investimentos detidos até à maturidade	232.245.802	(8.294.758)	223.951.044
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	112.404.619	(3.263.288)	109.141.331
	<u>2.196.782</u>	<u>(164.376)</u>	<u>2.032.406</u>
	<u>480.549.145</u>	<u>(17.391.283)</u>	<u>463.157.862</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	41.364.286	-	41.364.286
Garantias prestadas	3.237.190	-	3.237.190
	<u>525.150.621</u>	<u>(17.391.283)</u>	<u>507.759.338</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Como resulta das Notas anteriores, o Banco opera em termos de crédito, com colaterais que têm referencial em termos de mercado ainda que, no caso dos imóveis, numa situação actual de liquidez mais reduzida.

Desta forma, embora com um ritmo de concretização de novas operações mais moderado, os critérios de concessão de crédito pautam-se por princípios de avaliação, do risco dos Devedores e do sector de actividade em que operam e da consistência dos Colaterais, claramente mais conservadores.

Com efeito, os processos de análise de risco e concessão de crédito, baseiam-se em princípios universais de prudência, fiabilidade da informação utilizada, alternância e complementaridade das fontes de informação, processo de deliberação vertical com intervenção universal da Administração, tentativa de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Devedores e, complementarmente, da consistência e valia, em termos de mercado, dos colaterais.

Acessoriamente, as condições financeiras aplicáveis às novas operações, reflectem, quer as actuais condições de financiamento da actividade, em termos de maturidades, como também, em matéria de margens financeiras.

Dependente, embora, da evolução do quadro macroeconómico envolvente, espera-se um comportamento da qualidade da carteira de crédito em linha com o mercado, estando o Banco preparado, em termos organizacionais e de equipa, para fazer um acompanhamento, oportuno e rigoroso de todos os eventos de crédito,

1. seja numa perspectiva de prevenção, mediante
 - a atribuição de uma notação de risco a todos os Devedores, sujeitando-a a revisão dinâmica com frequência semestral;
 - a monitorização permanente dos vários sinais de risco implícitos à relação dos Devedores com o universo bancário em que intervêm;
 - o acompanhamento quotidiano de eventuais sinais de degradação da sua envolvente empresarial e financeira;
 - a revisão regular do perfil de risco (por análise dos indicadores económico-financeiros, bancários e empresariais) do universo de Devedores com maior exposição individual ou sectorial;
 - a identificação precoce de situações que justifiquem a reformulação das condições de reembolso dos créditos, de forma a acomodá-las, quando possível e devidamente justificado, à situação económica e financeira do Devedor;

2. seja, na intervenção oportuna em todas as situações de incumprimento ou não cumprimento completo e atempado, através
 - de meios adequados de monitorização do incumprimento ou cumprimento irregular;
 - de uma interpelação imediata e frequente a todos os Devedores em situação não regular;
 - do diagnóstico objectivo dos fundamentos do incumprimento e dos eventuais meios para o superar;
 - do registo e acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e sua eficácia;
 - da intervenção colegial da Área de Recuperação de Crédito e da Administração, na decisão sobre a tomada de medidas extra-judiciais ou judiciais que visem a efectiva recuperação dos créditos em risco;
 - do controlo e salvaguarda da integridade dos colaterais do crédito

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:

Tipo de contrato	2012				
	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Leasing Imobiliário	65.975.609	3.816.432	6.218.843	14.278.027	90.288.911
Crédito Imobiliário	32.304.519	9.075.576	3.205.358	25.371.101	69.956.554
Contas Correntes	6.996.691	202.722	-	2.997.224	10.196.637
Crédito Mútuo	10.393.355	1.209.976	72.399	6.458.529	18.134.259
Outros Créditos	883.198	1.515.664	1.459.159	4.323.519	8.181.540
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.991	-	-	-	1.927.991
Leasing Mobiliário	331.090	-	-	7.917	339.007
	<u>118.812.453</u>	<u>15.820.370</u>	<u>10.955.759</u>	<u>53.436.317</u>	<u>199.024.899</u>

Tipo de contrato	2011				
	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Leasing Imobiliário	68.410.655	4.687.908	6.637.272	16.954.723	96.690.558
Crédito Imobiliário	46.469.376	4.628.367	7.045.111	17.052.995	75.195.849
Crédito Mútuo	11.819.510	1.729.115	3.417.289	3.287.519	20.253.433
Contas Correntes	8.214.066	-	54.563	2.081.388	10.350.017
Outros Créditos	3.270.946	2.265.363	1.081.322	536.291	7.153.922
Descobertos em depósitos à ordem	2.284.448	-	-	-	2.284.448
Leasing Mobiliário	347.735	-	-	7.917	355.652
	<u>140.816.736</u>	<u>13.310.753</u>	<u>18.235.557</u>	<u>39.920.833</u>	<u>212.283.879</u>

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespassse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação mark-to-market, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2012										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
Activos											
Activos financeiros detidos para negociação	-	482.139	17.743.664	17.703.572	3.634.704	3.566.097	904.926	-	-	26.805.712	70.820.814
Activos financeiros disponíveis para venda	539.349	3.118.986	80.957.292	68.786.643	32.711.579	3.853.150	1.690.410	-	1.292.565	5.379.228	199.329.200
Investimentos detidos até à maturidade	5.114.649	-	36.372.806	28.819.801	17.768.584	-	-	-	-	-	88.073.643
Outros créditos e valores titulados	-	2.549.380	1.072.002	1.269.598	437.363	1.660.825	1.203.332	-	718.856	-	8.911.346
	5.653.998	6.130.505	136.145.567	117.579.614	54.550.220	9.080.072	3.788.668	-	2.011.421	32.184.938	367.195.003

	2011										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
Activos											
Activos financeiros detidos para negociação	2.373.099	-	14.200.343	3.878.861	1.469.800	308.962	445.187	-	-	10.164.150	32.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	4.980.599	3.528.670	18.148.801	18.928.980	7.768.233	2.480.749	508.196	-	1.003.105	11.613.258	89.958.591
Investimentos detidos até à maturidade	12.689.401	-	43.082.308	39.726.437	11.904.448	-	-	1.738.737	-	-	109.141.331
Outros créditos e valores titulados	-	9.389.703	2.908.523	1.502.853	-	3.861.050	-	-	1.015.222	-	18.678.451
	20.043.099	12.918.373	78.340.975	65.037.231	21.140.281	6.648.761	953.383	1.738.737	2.018.327	21.777.408	230.616.575

N.R. – Not Rated

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:

	2012				2011			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	28.460.906	81.444.425	3.658.445	113.563.776	24.481.803	5.419.422	5.785.675	35.686.900
Portugal	22.653.599	33.692.483	25.305.371	81.651.453	24.548.498	34.976.170	9.155.361	68.680.029
Irlanda	13.610.730	10.321.548	7.281.592	31.213.870	10.943.688	10.319.951	4.795.749	26.059.388
E.U.A.	30.837.912	-	-	30.837.912	32.182.725	-	-	32.182.725
Holanda	10.637.821	-	18.002.116	28.639.937	6.658.477	512.311	11.756.143	18.926.931
Itália	6.987.515	12.521.723	5.460.955	24.970.193	-	-	2.902.253	2.902.253
Grã-Bretanha	16.403.950	-	3.822.619	20.026.569	22.046.321	-	3.424.180	25.470.501
França	17.349.079	539.349	1.526.887	19.415.314	7.073.143	-	-	7.073.143
Alemanha	2.992.294	-	909.236	3.901.530	1.243.025	-	901.554	2.144.579
Dinamarca	3.695.751	-	-	3.695.751	-	-	-	-
Outros	5.147.948	1.041.694	3.029.059	9.218.698	11.178.767	2.302.153	5.883.351	19.364.271
	158.777.502	139.561.222	68.796.280	367.135.003	140.356.447	53.530.007	44.604.266	238.490.720

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital e os instrumentos financeiros derivados.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	-	-	-	-	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação	-	25.547.324	9.613.308	22.424.027	14.808.765	774.783	-	73.168.206
Activos financeiros disponíveis para venda	-	12.385.033	91.367.354	63.374.038	27.438.525	6.182.457	-	200.747.407
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.529.174	8.857.829	8.302.031	16.207.817	131.280.133	34.141.074	706.841	199.024.899
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	5.065.708	3.895.969	-	-	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	16.318.726	18.357.403	33.541.529	19.855.985	-	-	88.073.643
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	728.073	-	766.173
	17.663.256	63.108.912	125.640.096	140.613.119	197.317.477	41.826.387	706.841	588.876.088
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	-	942.068	228.442.068
Passivos financeiros detidos para negociação	-	690	24.252	32.035	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.283.078	40.312.107	113.494.504	3.537.934	10.000	-	3.148.701	182.788.325
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.821.081	1.702.316	11.082.204	117.629.801	-	59.647	135.095.049
	28.538.209	165.433.941	115.221.072	124.652.173	117.639.801	-	4.150.434	563.635.631
Gap de liquidez	(8.874.953)	(102.325.029)	10.419.024	15.960.946	79.677.676	41.826.387	(3.443.593)	33.240.457

Handwritten signatures and initials:
A
J
DPP

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.666.820	-	-	-	-	-	-	14.666.820
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.103.472	85.931	18.938.923	6.337.536	1.448.292	-	35.814.153
Activos financeiros disponíveis para venda	-	11.475.331	5.264.771	41.580.585	12.438.056	6.202.715	-	76.961.458
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	9.046.956	4.306.688	13.944.936	163.279.759	19.396.332	722.304	212.981.424
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	6.479.766	11.978.260	-	-	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	858.881	19.930.790	68.699.585	19.652.075	-	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	2.158.682	-	2.196.782
	26.161.033	30.484.640	29.588.180	149.643.794	213.723.787	29.206.021	722.304	479.529.758
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação	-	8.414	387.861	283.691	-	-	-	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	-	141.360	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.930.816	35.143.466	58.645.694	1.972.933	15.000	-	1.107.374	117.815.283
Responsabilidades representadas por títulos	-	26.601.568	1.895.233	10.005.666	137.882.267	-	104.043	176.288.777
	43.167.805	171.753.448	60.728.788	62.262.290	137.897.267	-	1.555.295	477.364.893
Gap de liquidez	(17.006.772)	(141.268.808)	(31.140.608)	87.381.504	75.826.520	29.206.021	(832.991)	2.164.865

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2012 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do banco. O ano de 2013 será muito importante para determinar até que ponto a estabilidade histórica dos depósitos se manterá.

A captação de depósitos durante o ano de 2012 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu "normalizar" o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do mismatch de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2012			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	314.972	-	4.519.774	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	833.424	-	10.465.912	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	774.782	64.384.880	6.435.934	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	50.537	1.522.073	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.182.457	179.373.296	15.191.654	200.747.407
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	199.734.870	199.734.870
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	892.462	8.069.215	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	65.727.926	22.345.717	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	766.173	766.173
	<u>8.105.635</u>	<u>310.429.101</u>	<u>269.051.322</u>	<u>587.586.058</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos Centrais	-	-	228.442.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	690	56.287	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.315.028	179.471.297	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	135.095.049	135.095.049
	-	<u>3.315.718</u>	<u>550.319.913</u>	<u>553.635.631</u>
	<u>8.105.635</u>	<u>307.113.383</u>	<u>(281.268.591)</u>	<u>33.950.427</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	206.236.922	206.236.922
- Opções	-	-	4.651.473	4.651.473
- Futuros	-	-	24.803.640	24.803.640
	-	-	<u>235.692.035</u>	<u>235.692.035</u>

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large arrow pointing to the right and several illegible signatures.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011			Total
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	256.335	-	8.953.430	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.242.183	-	12.424.637	14.666.820
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.448.295	19.940.012	12.861.437	34.249.743
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.664.410	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	6.515.075	53.873.341	16.573.041	76.961.458
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	212.981.424	212.981.424
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	876.746	17.581.280	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	75.352.109	33.789.222	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	2.196.782	2.196.782
	<u>10.461.887</u>	<u>150.042.208</u>	<u>319.025.663</u>	<u>479.529.758</u>
Passivo				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	147.702.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	139.969	539.997	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	34.878.349	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.745.983	116.069.300	117.815.283
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	176.288.901	176.288.901
	-	<u>1.885.952</u>	<u>475.479.064</u>	<u>477.365.016</u>
	<u>10.461.887</u>	<u>148.156.256</u>	<u>(156.453.401)</u>	<u>2.164.741</u>
Extrapatrimoniais				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	307.865.305	307.865.305
- Opções	-	-	4.285.402	4.285.402
- Futuros	-	-	61.654.823	61.654.823
	-	-	<u>373.805.530</u>	<u>373.805.530</u>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the name "Dau" and other illegible markings.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2012						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.299.336	-	-	-	-	-	11.299.336
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	774.782	29.303.178	5.969.976	20.934.028	14.613.632	-	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.540.775	31.835	-	-	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.182.457	19.072.998	95.487.309	55.882.746	24.121.897	-	200.747.407
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	146.344.172	16.611.663	-	-	34.851.044	199.734.870
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	6.759.001	1.909.920	292.756	-	-	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	31.672.824	15.371.336	21.173.497	19.855.986	-	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	38.100	728.073	766.173
	<u>25.019.312</u>	<u>234.692.948</u>	<u>135.382.039</u>	<u>98.283.027</u>	<u>58.629.615</u>	<u>35.579.117</u>	<u>587.586.058</u>
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	52.413	4.564	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.283.078	40.312.107	113.494.504	3.547.934	-	3.148.702	182.786.325
Responsabilidades representadas por títulos	-	123.985.851	10.799.707	250.000	-	59.491	135.095.049
	<u>26.538.209</u>	<u>284.850.434</u>	<u>124.298.775</u>	<u>113.797.934</u>	<u>4.150.279</u>	<u>553.635.631</u>	<u>(1.518.897)</u>
	<u>(1.518.897)</u>	<u>(50.157.486)</u>	<u>11.083.264</u>	<u>(15.514.907)</u>	<u>58.629.615</u>	<u>31.428.838</u>	<u>33.950.427</u>
2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.666.820	-	-	-	-	-	14.666.820
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.448.294	12.963.854	-	14.470.655	5.368.941	-	34.249.743
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.477.981	182.187	4.243	-	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	6.515.075	26.239.524	3.800.143	32.753.234	7.653.482	-	78.961.458
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	159.225.873	31.352.467	-	-	20.118.636	212.981.424
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	15.677.631	1.903.649	876.746	-	-	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	37.911.391	5.030.910	46.546.955	19.652.075	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	2.158.682	2.196.782
	<u>34.124.402</u>	<u>253.496.254</u>	<u>42.269.356</u>	<u>94.651.833</u>	<u>32.710.598</u>	<u>22.277.318</u>	<u>478.529.760</u>
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	164.136	375.861	139.969	-	-	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	141.380	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.930.816	35.143.466	58.660.694	1.972.933	-	1,107,374	117,815,283
Responsabilidades representadas por títulos	-	158.805.249	16,716,121	663,364	-	104,167	176,288,901
	<u>43,167,805</u>	<u>304,112,852</u>	<u>75,752,676</u>	<u>52,776,266</u>	<u>-</u>	<u>1,555,419</u>	<u>477,385,017</u>
	<u>(9,043,403)</u>	<u>(50,616,598)</u>	<u>(33,483,320)</u>	<u>41,875,567</u>	<u>32,710,598</u>	<u>20,721,899</u>	<u>2,164,743</u>

⁽¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Handwritten signatures and initials, including "DAR" and "A", are present in the bottom right corner of the page.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos spreads em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos spreads atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os spreads actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um spread adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.992.473 Euros.

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - cálculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2012					
Activos valorizados ao custo de	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação					
- Títulos	25.305.371	616.477	45.673.748	-	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.572.610	-	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.131.410	198.916.391	699.606	200.747.407
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	88.257.219	-	88.257.219
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	2.480.011	6.352.666	8.832.677
	25.305.371	3.320.497	335.327.369	7.052.272	371.005.509
					370.950.933
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação					
- Instrumentos financeiros derivados	-	56.977	-	-	56.977
					56.977
2011					
Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação					
- Títulos	-	855.299	33.394.444	-	34.249.743
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.664.410	-	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.175.467	75.030.712	755.279	76.961.458
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	98.138.424	-	98.138.424
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	3.797.830	13.810.611	17.608.442
	-	3.695.177	210.361.411	14.565.890	228.622.477
					240.474.968
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação					
- Instrumentos financeiros derivados	-	679.966	-	-	679.966
					679.966

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estão englobados nesta rubrica títulos sem data de reembolso definida, para os quais o Banco considerou a informação difundida de alguns contribuidores de mercado, considerando-se que estas cotações reflectiam o respectivo justo valor.

- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3).

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the name "DAR" and other illegible markings.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um spread reflectindo o risco de cada título determinado com base no rating e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2012, caso se aumentasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 60.000 Euros. No caso de diminuirmos esse *spread* em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.

43. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	<u>323.287.233</u>	<u>182.752.165</u>	<u>(182.752.165)</u>	<u>323.287.233</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	2012		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2012	Justo Valor em 31-12-2012
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.394.410	1.394.410
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.939.468	10.084.135	8.903.995
Investimentos detidos até a maturidade	42.941.960	44.077.863	44.133.394
	<u>54.722.008</u>	<u>55.556.408</u>	<u>54.431.799</u>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
	<u>182.752.165</u>	<u>55.556.408</u>	<u>54.431.799</u>

Handwritten signatures and initials, including "DAR" and "PAR", are present in the bottom right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2011	Justo Valor em 31-12-2011
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	763.281	763.281
Crédito a clientes - títulos de dívida	19.256.145	19.484.805	17.608.442
Investimentos detidos até a maturidade	47.200.019	48.408.798	47.501.278
	<u>68.296.744</u>	<u>68.656.884</u>	<u>65.873.000</u>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
	<u>182.752.165</u>	<u>68.656.884</u>	<u>65.873.000</u>

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 42.

Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2012 e 2011, apresentam o seguinte detalhe:

	2012				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor			Outros ganhos/ (perdas)	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(408.214)	296.587	-	(762.213)	91.534
Crédito a clientes - títulos de dívida	(918.400)	233.491	(86.115)	-	240.981
Investimentos detidos até a maturidade	1.562.173	195.710	144.134	-	1.378.512
	<u>235.559</u>	<u>725.788</u>	<u>58.019</u>	<u>(762.213)</u>	<u>1.711.027</u>

	2011				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(394.252)	13.962	-	(465.390)	87.578
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.173.805)	16.730	(113.503)	-	441.035
Investimentos detidos até a maturidade	1.747.031	(184.858)	(196.534)	-	1.241.956
	<u>178.974</u>	<u>(154.166)</u>	<u>(310.037)</u>	<u>(465.390)</u>	<u>1.770.568</u>

Em Outubro de 2011 o Banco reclassificou para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda. O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda no montante de 1.166.253 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado do título determinado com base nos preços disponíveis naquela data ascendia a 450.100 Euros, e o valor de balanço líquido de imparidade ascendia a 520.000 Euros.

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

44. FUNDOS PRÓPRIOS

O Grupo na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Grupo mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Grupo são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o Grupo apresenta um rácio de solvabilidade de 11,8% e 10,8%, respectivamente.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature on the left and several smaller initials and marks on the right.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Sociedade) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 624.827.155 Euros e capitais próprios de 61.210.236 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.874.948 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada de 2012 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 28 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da

Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade e das principais empresas englobadas na consolidação, os actos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade consolidada da Sociedade no exercício de 2012.

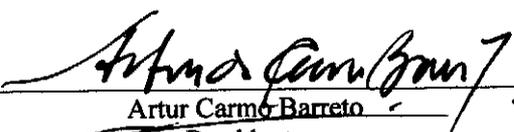
Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 28 de Março de 2013, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

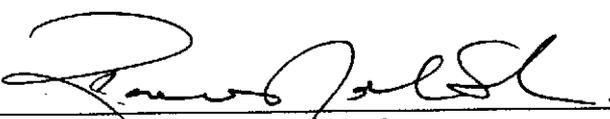
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Março de 2013

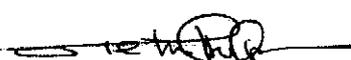
O Conselho Fiscal



Artur Carmo Barreto
Presidente



Rosendo José
Vogal



Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal